



Riccardo Fontana

AS OBRAS DOS ENGENHEIROS
MILITARES GALLUZZI E SAMBUCETI
E DO ARQUITETO LANDI NO BRASIL
COLONIAL DO SÉC. XVIII

EDIÇÕES DO
SENADO FEDERAL

46

SENADO FEDERAL



EDIÇÕES DO SENADO FEDERAL

Este ensaio trata da influência cultural e arquitetônica italiana nas fortificações portuguesas a partir do séc. XVI e sobre seus reflexos no Brasil Colonial.

Em particular, evidencia o papel dos engenheiros militares Galluzzi, Sambuceti e do arquiteto Landi durante a época pombalina, na segunda metade do séc. XVIII.

Com efeito, este trabalho complementa o primeiro, lançado em 2004, sobre “Francesco Tosi Colombina explorador, geógrafo, cartógrafo e engenheiro militar italiano no Brasil do séc. XVIII”, que se referia aos meados do mesmo século.

Apresenta aqui as obras de Galluzzi: fortaleza de São José de Macapá, no estado do Amapá; de Sambuceti: fortaleza do Príncipe da Beira, no estado de Rondônia, e Vila de Nova Mazagão, no estado do Amapá, e, finalmente, de Landi: igrejas e prédios em Belém, no estado do Pará.

Pretende assim comemorar os 241 anos do início da construção da fortaleza de São José de Macapá e os 252 anos da chegada de Landi ao Grão-Pará.

Brasília, 2005.

Riccardo Fontana nasceu em Roma em 3 de janeiro de 1947. Em 1965, obtém a “maturità classica” segundo os ditames da tradicional escola humanística italiana.

Em 1969, conclui em Roma o curso de língua e cultura portuguesa junto ao “Instituto Santo António dos Portugueses”. Em 1970, recebe o título de doutor em Ciências Políticas pela Universidade de Roma, tendo defendido a tese: “A descolonização da África portuguesa”. A dissertação foi realizada após realizar uma pesquisa em Lisboa com bolsa de estudo concedida pelo Ministério das Relações Exteriores de Portugal.

Mora e trabalha no Brasil desde 1977. Como pesquisador histórico, é autor de alguns títulos, em português e em italiano, sobre o papel de Américo Vesúcio na descoberta técnica do Brasil e do Mundo Novo, editados entre 1995 e 2003. Desde 1992, tem proferido várias palestras, no Brasil e na Itália, sobre temas de descobrimento e descolonização cultural.



As obras dos engenheiros militares
Galluzzi e Sambuceti e do arquiteto Landi
no Brasil colonial do séc. XVIII

SENADO FEDERAL

Mesa

Biênio 2023/2024

Senador Rodrigo Pacheco

PRESIDENTE

Senador Veneziano Vital do Rêgo

1º VICE-PRESIDENTE

Senador Rodrigo Cunha

2º VICE-PRESIDENTE

Senador Rogério Carvalho

1º SECRETÁRIO

Senador Weverton

2º SECRETÁRIO

Senador Chico Rodrigues

3º SECRETÁRIO

Senador Styvenson Valentim

4º SECRETÁRIO

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

Senadora Mara Gabrilli

Senador Dr. Hiran

Senadora Ivete da Silveira

Senador Mecias de Jesus

CONSELHO EDITORIAL

Senador Randolfe Rodrigues

PRESIDENTE

Esther Bemerguy de Albuquerque

VICE-PRESIDENTE

CONSELHEIROS

Alexandre de Souza Santini Rodrigues

Ana Cláudia Farranha

Ana Flávia Magalhães Pinto

Ana Maria Veiga

Alcinéa Cavalcante

Bruno Lunardi Gonçalves

Carlos Ricardo Cachiollo

Eduardo Rômulo Bueno

Esmeraldina dos Santos

Fernando Pimentel Canto

Heloisa Maria Murgel Starling

Ilana Trombka

João Batista Gomes Filho

Marco Américo Lucchesi

Nathalia Henrich

Rafael André Chervenski da Silva

Victorino Coutinho Chermont de

Miranda

Riccardo Fontana

As obras dos engenheiros militares
Galluzzi e Sambuceti e do arquiteto Landi
no Brasil colonial do séc. XVIII

Edições do Senado Federal
vol. 46

2ª edição

Brasília, 2024

SENADO FEDERAL



EDIÇÕES DO
SENADO FEDERAL
VOL. 46

O Conselho Editorial do Senado Federal, criado pela Mesa Diretora em 31 de janeiro de 1997, buscará editar, sempre, obras de valor histórico e cultural e de importância para a compreensão da história política, econômica e social do Brasil e reflexão sobre os destinos do país e também obras da história mundial.

Organização: Cristiano Ferreira

Revisão: Bruna Santos, Cristiano Ferreira, Mariana Sanmartin e Rebeca Siqueira

Capa: Thomas Gonçalves e Leonardo Matoso

Projeto gráfico: Eduardo Franco

Diagramação: Sheila Veras

© Senado Federal, 2024

Congresso Nacional

Praça dos Três Poderes s/nº

CEP 70165-900 — DF

cedit@senado.leg.br

<https://www12.senado.leg.br/publicacoes/conselho-editorial-1>

Todos os direitos reservados

Fontana, Riccardo, 1947 -

As obras dos engenheiros militares Galluzzi e Sambuceti e do arquiteto Landi no Brasil colonial do séc. XVIII / Riccardo Fontana. -- 2. ed. -- Brasília : Senado Federal, 2024.

78 p. : il., gravs., fots.-- (Edições do Senado Federal ; v. 46)

ISBN: 978-65-5676-527-3

1. Arquitetura colonial, Brasil. 2. Arquitetura, Itália, século XVIII. Título. II. Série.

CDD 724.1

Ficha catalográfica preparada por Alessandra Marinho da Silva CRB-1 2102

Agradeço aos amigos Jarbas Silva Marques, Pedro Jorge Castro e Armando Rollemberg, pelo apoio cultural e logístico necessário à realização deste ensaio.

DEDICATÓRIA

Dedico este breve ensaio à memória dos engenheiros militares Galluzzi e Sambuceti e ao arquiteto Landi, que há mais de dois séculos e meio partiram da península italiana, oferecendo seus talentos e suas vidas para projetar grandes obras de fortificação e urbanização, deixando magníficos vestígios para a história e a arte do Brasil.

Aos milhares de índios e negros desconhecidos que deram suas forças e vidas nos trabalhos de construção daquelas grandes obras.

LISTA DE FIGURAS

Fig. 1: Castel Sant'Angelo, em Roma	21
Fig. 2 : Castelo Farnese, em Caprarola, de 1515	22
Fig. 3: Figura do homem, de Leonardo da Vinci	24
Fig. 4: Exemplo de pentágono no Brasil. Fortaleza dos Reis Magos, Natal, Rio Grande do Norte	25
Fig. 5, 6, 7 e 8: Imagens da Fortaleza de Mazagão (Al-Jadida, Marrocos)	27
Fig. 9: Fortaleza de Sabbioneta, Mantova. Natal, Rio Grande do Norte	30
Fig. 10: Fortaleza de São José de Macapá, Amapá	39
Fig. 11: Real Forte Príncipe da Beira, em Guajará-Mirim (RO), e detalhe do portal do Forte	39
Fig. 11 (cont.): Real Forte Príncipe da Beira, em Guajará-Mirim (RO), e detalhe do portal do Forte	39
Fig. 12: Projeto e construção da Guarita do Forte Príncipe da Beira	40
Fig. 13: Planta do terreno místico à beira do Rio Mutuacá. Projeto de Sambuceti (1770)	42
Fig. 14: Planta da Nova Vila de Mazagão. Projeto de Sambuceti (1770)	43
Fig. 15 e 16: Nova Mazagão, Amapá (escavações arqueológicas)	44
Fig. 17 e 18: Nova Mazagão, Amapá (escavações arqueológicas)	45
Fig. 19: Nova Mazagão, Amapá (escavações arqueológicas)	46
Fig. 20: Galluzzi. Planta da Fortaleza de São José de Macapá	50
Fig. 21: Portão de entrada da Fortaleza de São José de Macapá, Amapá.	52
Fig. 22: Entrada da Fortaleza de São José de Macapá, Amapá	53
Fig. 23: Interior da Fortaleza de São José de Macapá, Amapá	54
Fig. 24: Canhões dentro da Fortaleza: peças inglesa, francesa e holandesa	54
Fig. 25 e 26: Detalhe externo e guarita da Fortaleza	56
Fig. 27: Detalhe externo da Fortaleza de São José de Macapá	57
Fig. 28: Visão panorâmica da Fortaleza de São José de Macapá	57
Fig. 29: Landi (Igreja de Santo Alexandre), Belém do Pará	66
Fig. 30: Landi (Igreja de Santo Alexandre, detalhe), Belém do Pará	66

Fig. 31: Landi (Catedral da Sé), Belém do Pará	68
Fig. 32: Landi (Igreja de Santo Alexandre), Belém do Pará	68
Fig. 33: Landi (Igreja de São José na Vila de Macapá), Amapá	69
Fig. 34: Landi (Igreja de Sant'Ana), Belém do Pará	69
Fig. 35 e 36: Detalhes da Igreja de Sant'Ana	70
Fig. 37: Detalhes da Igreja de Sant'Ana	71
Fig. 38: Landi (Igreja das Mercês), Belém do Pará	73
Fig. 39: Landi (Palácio dos Governadores), Belém do Pará	73
Fig. 40: Landi (Hospital Militar), Belém do Pará	74

SUMÁRIO

PREFÁCIO	13
O PAPEL DOS ENGENHEIROS E ARQUITETOS ITALIANOS NO BRASIL <i>Senador José Sarney</i>	
NOTA DE MOTIVAÇÃO DO AUTOR	15
1 REFERÊNCIA HISTÓRICO-CONCEITUAL	17
2 A INFLUÊNCIA CULTURAL E ARQUITETÔNICA ITALIANA NAS FORTIFICAÇÕES PORTUGUESAS A PARTIR DO SÉC. XVI	19
3 O PIONEIRISMO DOS ENGENHEIROS E ARQUITETOS ITALIANOS NA EUROPA E NO MUNDO NOVO	23
4 REFLEXOS NO BRASIL COLONIAL	31
5 MOTIVOS DA ESCOLHA DOS TÉCNICOS ITALIANOS	33
6 A 1ª COMISSÃO LUSO-ESPANHOLA DE 1753	35
7 AS DUAS MAIORES FORTALEZAS DO BRASIL. O PAPEL DE GALLUZZI E SAMBUCETI	37
8 A ANTIGA VILA DE NOVA MAZAGÃO, PERTO DE MACAPÁ, ESTADO DO AMAPÁ	41
9 A IMPORTÂNCIA DA FORTALEZA DE SÃO JOSÉ DE MACAPÁ	49

10	PORTUGAL CONFIAVA SIGILOSAMENTE A TÉCNICOS MILITARES ESTRANGEIROS OS MAIORES PROJETOS NO BRASIL EM MEADOS DO SÉC. XVIII	59
11	O RESGATE DA MEMÓRIA DOS PROTAGONISTAS DAS GRANDES OBRAS	61
12	LANDI: “O BIBIENA DOS TRÓPICOS” (BOLONHA 1713 - BELÉM 1791)	63
	CRÉDITOS	77

PREFÁCIO

O PAPEL DOS ENGENHEIROS E ARQUITETOS ITALIANOS NO BRASIL

Senador José Sarney

Os estrangeiros que se debruçam sobre o mapa do Brasil se espantam com a vastidão continental do nosso país. Se ainda hoje as dimensões extraordinárias ainda causam surpresa, imagine-se o vasto território brasileiro em tempos de colonização. Havia também o propósito, no século XVIII, de definir nossas fronteiras (Tratado de Madri, de 1750, e Tratado de Santo Ildefonso, de 1777), além da proteção da nossa soberania em época do Brasil Colônia.

Penetrar o mundo amazônico foi saga heroica, feita às custas de vidas humanas e do desprendimento de algumas figuras de formidável valor. Para que o Brasil fosse colonizado, foram trazidos para trabalhar na nova terra vários estrangeiros. Entre eles, forçosamente, vieram os escravos e suas nações de diversas línguas e culturas a se mesclarem com os indígenas, os povos da floresta. Mas não foram só estes homens vindos da África, os nativos e os migrantes portugueses em sua epopeia colonizadora.

Outras nacionalidades contribuíram para a grandeza do Brasil, expansão do território brasileiro e garantia da nossa pátria. Entre eles estão os italianos. Não propriamente a imigração europeia e asiática (japonesa) que o Brasil acolherá no final do século XIX e início do XX. Mas mestres, arquitetos, construtores, verdadeiros sábios que o Brasil acolheu, requisitados pela coroa portuguesa para desenhar e construir as nossas fortalezas.

Aqui plantaram, em plena selva amazônica, algumas joias da nossa arquitetura militar e na capital de Belém planejaram e construíram o palácio de governo do Pará e algumas igrejas, entre tantas outras obras. Refiro-me aos engenheiros militares italianos Enrico Antonio Galluzzi e Domenico Sambuceti, assim como ao arquiteto Antonio Landi.

Neoclássicos *avant la lettre*, erigiram obras de desenho arquitetônico civil, religioso e militar que estava adiante de seu tempo, deixando no interior do Brasil a marca de suas criações e o engenho e arte do melhor conhecimento técnico e bom gosto arquitetônico.

Neste livro, o autor recupera estas figuras de grandeza singular para que as gerações presentes e as futuras possam identificar na nossa formação a influência da arquitetura italiana. Livro não somente para brasileiros, mas também para dar a conhecer aos próprios italianos a sua contribuição para a permanência do homem brasileiro em terras tão inóspitas.

O Brasil, que tem um patrimônio arquitetônico de singular beleza e pode se orgulhar de arrolar entre suas edificações obras de excelência e beleza estética como as expressões do Barroco brasileiro, consolidadas na arquitetura e escultura exemplares de Aleijadinho, conta também com a contribuição destes homens vindos da Itália.

Hoje as obras dos italianos Galluzzi, Sambuceti e Landi estão inscritas em nosso patrimônio cultural. Eles mesmos, como Landi, aqui viveram as grandes experiências de suas vidas. Reconhecer sua influência e trabalho é reconhecer um passado brasileiro que pouco divulgamos.

É interessante observar como nosso acervo cultural tanto deve a vários povos e que este multiculturalismo que nos dá perfil e aponta para o futuro como uma nação mestiça só nos enche de orgulho.

Ao leitor que ainda não conhece as igrejas de Santo Alexandre e Catedral da Sé ou a Fortaleza de São José de Macapá e o Forte Príncipe da Beira fica a indicação de deslumbrar-se com obras de arquitetura religiosa e militar.

Aos que já visitaram estes e outros prédios construídos a partir dos desenhos dos arquitetos italianos, o reconhecimento do Brasil por essa obra notável de engenharia e estética.

NOTA DE MOTIVAÇÃO DO AUTOR

Em abril de 2004, saiu, para os 44 anos da fundação de Brasília, o meu ensaio “Francesco Tosi Colombina, explorador, geógrafo, cartógrafo e engenheiro militar italiano no Brasil do séc. XVIII”, que centra o tema da sustentação técnica ao projeto pombalino de interiorização da capital colonial.

Trata de um personagem de segura formação militar que foi protagonista, entre 1743 e 1756, dos levantamentos cartográficos do Brasil centro-ocidental, sobretudo de Goiás, Mato Grosso e do atual Planalto Central como também do Sul da colônia portuguesa, de São Paulo ao Prata, principalmente do território do Paraná.

O seu trabalho mais importante é o mapa de 1751, que nos apresenta o Brasil inteiro após o Tratado de Madri.

Este novo ensaio, que complementa e aprimora o primeiro em termos culturais, históricos e geográficos, trata das grandes obras de fortificação na Amazônia, especificamente no Amapá, no Pará e no Mato Grosso, realizadas pelos engenheiros militares e arquitetos italianos Galluzzi, Sambuceti e Landi nas décadas de 60, 70 e 80 do séc. XVIII.

Em particular, desejo comemorar os 241 anos do início da construção da Fortaleza de São José de Macapá, no Amapá, e os 252 anos da chegada de Landi ao Grão-Pará.

Brasília, 31 de janeiro de 2005

1

REFERÊNCIA HISTÓRICO- CONCEITUAL

A pesquisadora portuguesa Margarida Valla apresentou, com clareza e propriedade, o tema “*O papel dos arquitectos e engenheiros militares na transmissão das formas urbanas portuguesas*” no IV Congresso Luso-Afro-Brasileiro realizado no Rio de Janeiro em 1996.

A ênfase deste ensaio está na influência cultural e arquitetônica italiana nas fortificações portuguesas do império lusitano, seja em Portugal, seja na África e na Ásia, com evidentes reflexos também no Brasil colonial.

2

A INFLUÊNCIA CULTURAL E ARQUITETÔNICA ITALIANA NAS FORTIFICAÇÕES PORTUGUESAS A PARTIR DO SÉC. XVI

Com a entrada da cultura humanística-renascentista italiana em Portugal, em 1475, pela obra didática de Cataldo Áquila Parísio Sículo, mestre do príncipe Dom Jorge durante o reinado do pai dele, Dom João II, após terem já influenciado a cultura portuguesa as obras literárias e poéticas de Dante, Petrarca e Boccaccio, entram também os conceitos filosóficos e os ideais do Renascimento italiano, com evidentes repercussões na arquitetura civil e militar.

Na época manuelina predominam os pequenos fortes e os núcleos urbanos fortificados ao longo das costas africanas e asiáticas e também no Brasil. Aqui lembramos a feitoria de Vespúcio em Cabo Frio instalada em 1503, segundo consta em documentos francês e espanhol (Riccardo Fontana, *O Brasil de Américo Vespúcio*, Ed. Unb, 1994 e sucessivas edições aprimoradas de 1996, 2001 e 2002).

Para concretizar a expansão marítima e comercial, a coroa portuguesa precisava reformular e reforçar as suas posições costeiras, fundamentais para defender a sua talassocracia no Atlântico do Sul e no Índico.

Ainda com Dom Manuel I, os fortes eram de estilo medieval com torres cilíndricas, sendo instalados nas fronteiras portuguesas e nos litorais das terras além-mar recém-exploradas e conquistadas.

Sob o influxo do Renascimento, começa a prevalecer o novo conceito urbanístico de “cidade ideal”, com praça central dentro de um polígono

fortificado regular de formas retilíneas e com baluartes, conceitos que entraram em Portugal no reinado de Dom João III, na primeira metade do séc. XVI, época em que os textos clássicos de Palladio, Vitruvio e Sagredo foram traduzidos para o português.

Na Itália, os primeiros testemunhos desta nova concepção arquitetônica são “Castel Sant’Angelo”, em Roma, projetado por Sangallo em 1492 (**Fig. 1**), e “Castello Farnese”, em Caprarola (norte de Roma), projetado por Sangallo e Peruzzi e concluído por Vignola em 1515 (**Fig. 2**).

Portugal, portanto, começa a absorver estes novos conceitos arquitetônicos segundo os mestres italianos que afirmavam a simetria e a geometria retilínea dos desenhos das cidades, ou seja, com linhas perpendiculares.

A cidade ideal era quadrangular, com ruas retas e largas, seguindo de fato os antigos esquemas romanos do decumano máximo, mínimo e do cárdio, base estrutural do “castrum” militar e, de fato, dos núcleos urbanos de todas as cidades europeias.



Fig. 1: Castel Sant'Angelo, em Roma

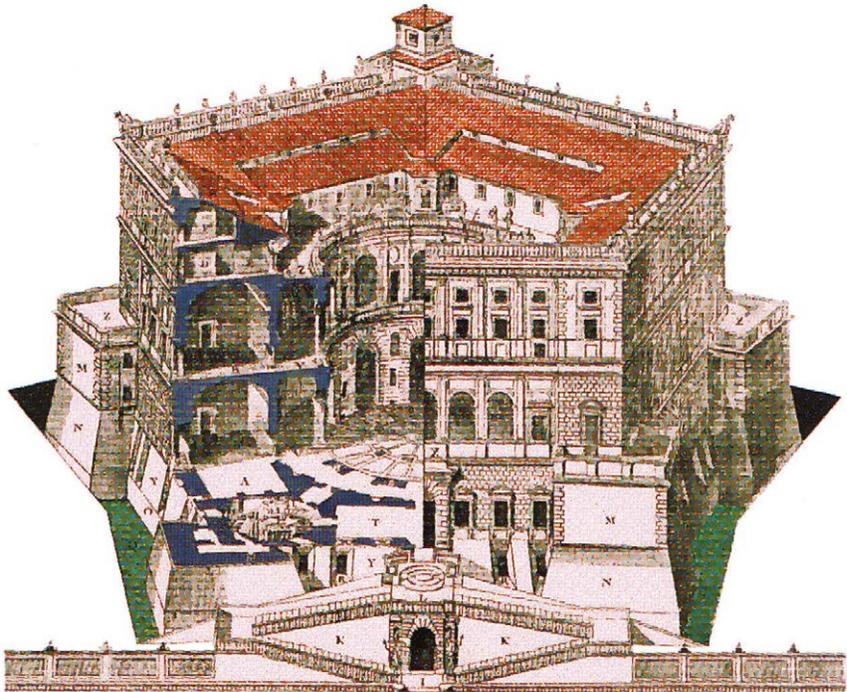


Fig.2: Castelo Farnese, em Caprarola, de 1515

3

O PIONEIRISMO DOS ENGENHEIROS E ARQUITETOS ITALIANOS NA EUROPA E NO MUNDO NOVO

O engenheiro G.G. Leonardi (1553) elabora duas gravuras feitas sobre desenhos atribuídos a Andréa Palladio que constituem a forma perfeita do moderno baluarte à italiana. Pietro Cattaneo desenha, em 1554, a praça principal no centro de um polígono onde se localizam os principais edifícios, atendendo a uma necessidade de concentração regular e racional de defesa militar e, portanto, de planejamento fortificado. O baluarte era a forma mais avançada de defesa e protegia os lados do polígono, dispondo-se simetricamente aos lados. Prevalencia ainda a forma quadrangular com torres cilíndricas.

Em 1567, Giorgio Martini, encarregado de construir a vila de Antuérpia (na Bélgica, sob o domínio espanhol), elaborou o modelo básico para os futuros engenheiros militares: o *pentágono*, ou seja, o sistema mais seguro de defender todos os lados de uma fortificação com uma estrutura de cinco pontas e cinco lados.

Era a realização do desenho ideal da figura humana: cabeça, braços e pernas, lembrando a figura do homem traçada por Leonardo da Vinci: o homem no centro do Universo, o homem que sabe controlar o território, precisando marcar a sua presença genial na terra; em termos políticos e militares, representa a potência e o poder do Estado que sabe marcar a sua presença e mostrar a sua força sobre um território (**Fig. 3**).

O polígono pentagonal aparece na grande maioria das fortalezas luso-ibéricas e nas colônias espanholas e portuguesas no novo mundo,

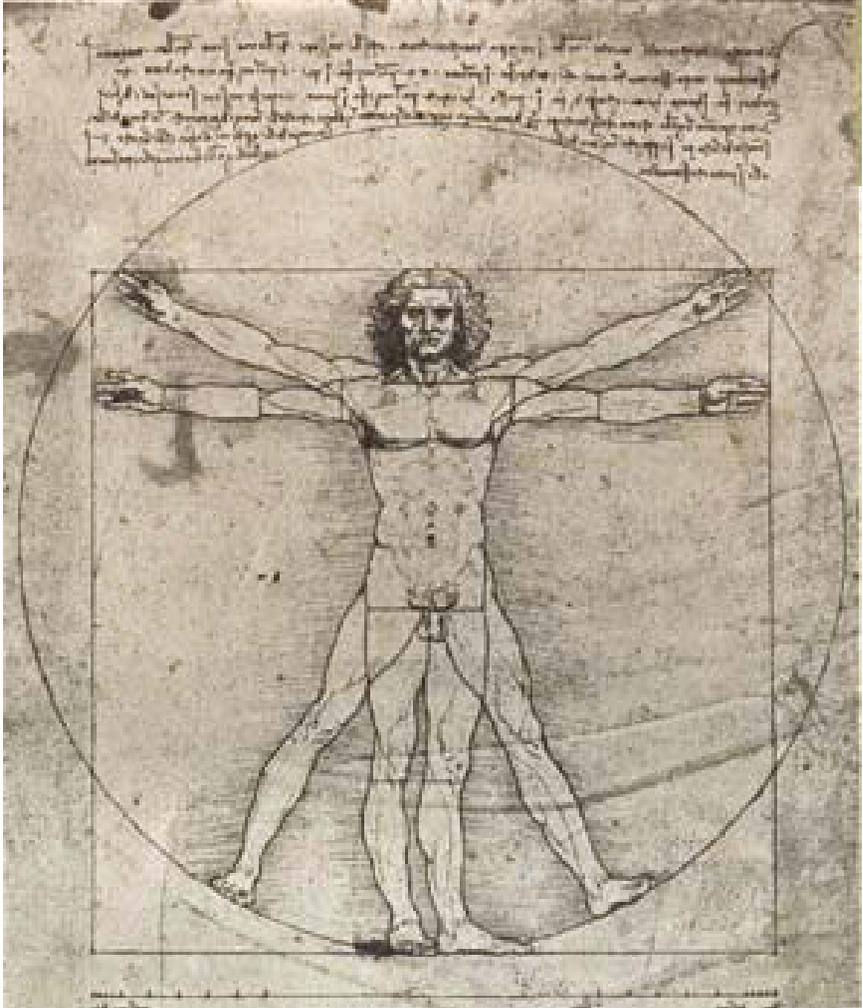
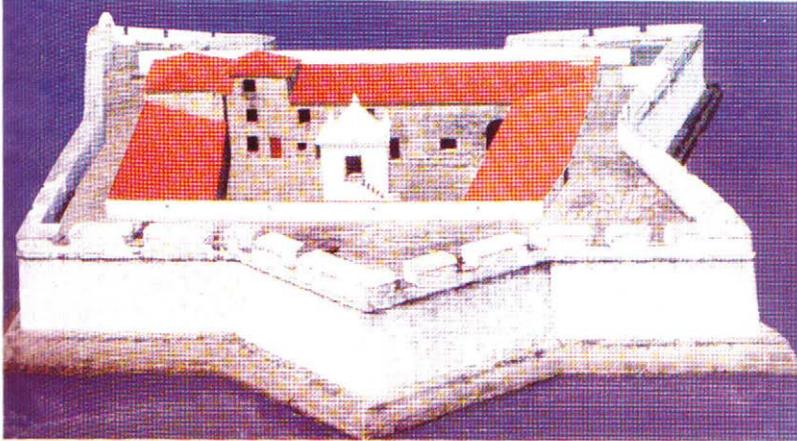


Fig. 3: *Figura do homem*, de Leonardo da Vinci



Desenho da Casa de Pólvora de autoria de Frias de Mesquita

Fig. 4: Exemplo de pentágono no Brasil. Fortaleza dos Reis Magos, Natal,
Rio Grande do Norte
(Desenho da Casa de Pólvora de autoria de Frias de Mesquita)

como obviamente no Brasil, representando clara marca de concepção italiana (o chamado traçado italiano) (Fig. 4).

Devemos de fato aos arquitetos e engenheiros militares italianos a realização das mais importantes fortalezas da América Latina. Por sua vez, a construção de Palmanova, na Itália, em 1593, marca o desenho da praça central com traçado radial e ficará como referência arquitetônica militar nos tratados de fortificação do séc. XVII.

Os novos conceitos arquitetônicos, segundo os princípios da filosofia renascentista, foram introduzidos em Portugal por técnicos que viajavam para a Itália como Miguel Arruda, João de Castilho, Francisco de Holanda etc.

Miguel Arruda, após sua estada na Itália, projetou em Portugal a Torre de Belém e participou dos projetos das vilas fortificadas em Marrocos como Lareche, Alcácer, Tangêr, Ceuta e Mazagão. Em particular, ele projetou um forte quadrangular em Mazagão (hoje Al Jidad) no início de 1540.

Em 1545, João de Castilho realizou as obras de fortificação de Mazagão segundo o traçado, ou melhor, segundo o projeto do italiano Benedetto da Ravenna, concluído em 1541 (Fig. 5, 6, 7 e 8).

É a primeira obra de fortaleza abaluartada no império colonial português (Victor Hugo Mori em *Arquitetura militar: um panorama histórico a partir do porto de Santos*, Fundação Cultural Exército Brasileiro, Imprensa Oficial de Estado, São Paulo, 2003). Este projeto se baseava no levantamento de muralha com formato de polígono regular, com baluartes e com traço urbano retilíneo; na praça central situavam-se os principais edifícios como a Igreja, a Casa do Governador e a primeira fortaleza, depois transformada em cisterna.

O referido projeto representava a cidade ideal renascentista, localizada num ponto estratégico de abastecimento das naus na rota da Índia, de posse da coroa até o séc. XVII.

A corte portuguesa em 1770 irá confiar, como será relatado à frente, ao engenheiro militar genovês Domenico Sambuceti (conhecido na literatura luso-brasileira por Domingos Sambuceti) o projeto da vila fortificada de Nova Mazagão na Amazônia, para receber os moradores



Fig. 5, 6, 7 e 8: Imagens da Fortaleza de Mazagão (Al-Jadida, Marrocos)

da antiga fortaleza luso-marroquina instalada na costa norte-ocidental africana.

João de Castilho teve, na Itália, contatos com muitos mestres italianos, enriquecendo a sua experiência de engenheiro militar, sendo depois supervisor de obras em Portugal e outros continentes. Em 1517 dirigia as obras do Mosteiro de Belém e, em 1519, a obra do Convento de Cristo em Tomar; em 1528, era mestre do famoso Mosteiro de Batalha e em 1542 foi enviado à África. Vale lembrar que a própria Torre de Belém apresenta pela primeira vez baluartes instalados harmonicamente nas suas paredes, como simbiose defensiva entre a Idade Média e o Renascimento.

Não só os técnicos portugueses se deslocavam para a Itália a fim de aprenderem os novos conceitos de engenharia. Os próprios reis portugueses, a partir do séc. XVI, convidavam para vir a Portugal os melhores arquitetos e engenheiros militares estrangeiros, principalmente italianos como Diogo de Ravenna (que visitou todas as praças africanas em 1533) e, sobre todos, Giovanni Battista Cairati, que projetou e construiu obras e fortalezas nas possessões portuguesas na África Oriental e na Índia; tanto que, em 1583, ele foi nomeado Engenheiro-Mor da Índia, cargo este de grande responsabilidade técnica e política, com despacho direto com o próprio soberano em Lisboa, que dele recebia os projetos e os relatos sobre o andamento das obras.

Este importante intercâmbio técnico, com a ida de portugueses à Itália e o convite oficial aos italianos para Portugal, resultou no projeto e na realização de inúmeras obras de fortificação no continente português e, sobretudo, no além-mar com maior liberdade de ação, sob o empurrão da urgência de defender as costas do vasto império lusitano ultramarino.

Somente no séc. XVII estes técnicos, oriundos dos quadros militares, receberão o título de “engenheiros militares” com amplos poderes de atuação na área civil, religiosa e militar. Projetavam, portanto, cidades, vilas, igrejas e fortalezas. Igualmente, os mesmos técnicos realizavam grandes obras públicas multifuncionais nas colônias além-mar, com evidentes maiores efeitos no Brasil, considerada a sua grande dimensão territorial e a sua crescente importância econômico-comercial.

Os jesuítas italianos presentes no Brasil projetaram também conventos e igrejas fortificadas. Todavia, a arquitetura civil, religiosa e militar explodiu no Brasil principalmente na época pombalina, ou seja, no séc. XVIII, como veremos mais adiante.

Em 1603, Luis Frias Mesquita foi nomeado Engenheiro-Mor no Brasil, após o florentino Baccio da Filicaia ter realizado algumas obras de fortificação no litoral brasileiro, como também nas fronteiras fluviais.

Baccio da Filicaia foi, em realidade, o primeiro Engenheiro-Mor do Brasil durante o império luso-espanhol, tendo sido requisitado ao Grão-Duque de Toscana Ferdinando I Medici por Dom Felipe III.

Vale frisar que, naquela época, a família Antonelli de Gotteo (Forlì-Cesena, na Romanha), composta por cinco arquitetos militares, projetou e realizou as mais importantes fortalezas do império espanhol durante os reinados de Carlos V, Felipe II e Felipe III, principalmente na América Central e do Sul, com influência também no Brasil, em particular nas costas de São Vicente e Santos (veja: Victor Hugo Mori, *op. cit.*).

Além disso, citamos Giovan Battista Antonelli, colega de Vespasiano Gonzaga Colonna, que projetou em 1588 a fortaleza de Sabbioneta, perto de Mantova, na qual se inspirou, como veremos mais adiante, o engenheiro militar Galluzzi (conhecido na literatura luso-brasileira por Henrique Antônio Gallúcio), protagonista da fortaleza de S. José de Macapá entre 1763-69 (**Fig. 9**). Galluzzi tinha a confiança do Governador Furtado e do chefe da comissão técnica portuguesa Carlos Martel, encarregado da colonização amazônica.

Substancialmente, os tratados arquitetônicos renascentistas foram introduzidos em Portugal no ano de 1583 pelo italiano Giovanni Battista Cairati, responsável pelas fortificações na África Oriental e na Índia, prevalecendo o polígono quadrangular abaluartado e a urbanização de cidades com ruas largas e praça central.

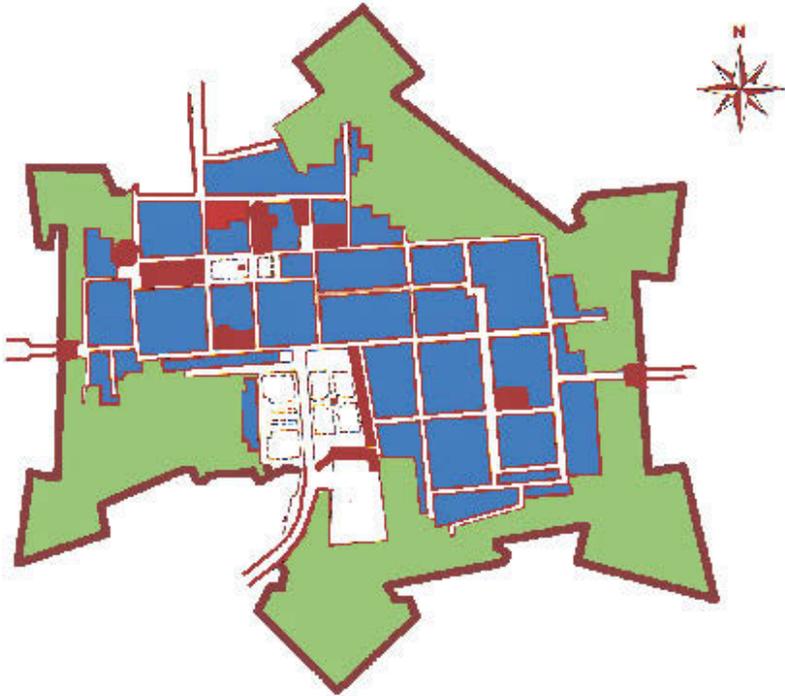


Fig. 9: *Fortaleza de Sabioneta, Mantova*
Natal, Rio Grande do Norte

REFLEXOS NO BRASIL COLONIAL

Dom Felipe II, rei da Espanha e de Portugal, nomeou em 1598 o italiano Leonardo Turriano como Engenheiro-Mor do Império. Este aprimorou o sistema de fortificação de inúmeras cidades, seja nas Ilhas Atlânticas, seja no Brasil.

Construiu o forte de S. Felipe em Angra no Monte Brasil, um dos maiores da época, além de fortes costeiros em Ponta Delgada, Funchal e Horta.

Inicia-se uma política de edificação de fortes em toda a costa brasileira a partir do séc. XVII e de fortificação das principais cidades, como Rio de Janeiro e Salvador da Bahia, política que continuará até o séc. XVIII.

Enquanto Portugal perdia posições na Ásia e na África, sentia-se a necessidade de defender mais o Brasil. O traçado italiano que Miguel Arruda tinha importado da Itália é implantado em Salvador por Luis Dias em 1549.

No início de 1600, Salvador recebe fortificações projetadas pelos italianos Leonardo Turriano e Tiburzio Spanocci, sendo este último Engenheiro-Mor da Espanha.

Luis Frias em 1603 realizava o Forte do Mar em Salvador e projetava também o Forte dos Reis Magos em Natal, seguindo o desenho pentagonal italiano. Um século depois, em 1713, o engenheiro francês Massé fortificava Salvador e Rio de Janeiro, esta última cidade sendo completada pelo francês d'Escol.

Importantes fortalezas foram realizadas pelos italianos Leonardo Turriano e Alessandro Massai na costa portuguesa durante as primeiras décadas de 1600, como os fortes de São Julião e de Sagres. Ao engenheiro militar napolitano Alessandro Massai devemos também a elaboração do primeiro mapa da Capitania de São Paulo, no início do séc. XVII.

MOTIVOS DA ESCOLHA DOS TÉCNICOS ITALIANOS

Com relação aos motivos histórico-políticos da escolha de técnicos italianos pela coroa portuguesa, vale ressaltar que a historiadora Maria Fernanda Bicalho, no capítulo “As fronteiras do saber e a colonização do Novo Mundo”, em *Nas terras do Cabo Norte: fronteiras, colonização e escravidão na Guiana Brasileira dos séculos XVIII-XIX*, sendo organizador Flávio dos Santos Gomes (Editora Universitária UFPA, Belém, 1999, op. cit., pág. 28-31), afirma que Dom João V, considerando que o campo intelectual havia sido dominado pelo pensamento ainda “escolástico” (medieval), resolveu buscar na Itália os melhores técnicos e cientistas, fossem religiosos, leigos ou militares, para participarem das expedições científicas visando definir os limites do Brasil antes do Tratado de Madri.

Portanto, eram convidados padres jesuítas matemáticos, astrônomos e geógrafos como Gian Battista Carbone e Domenico Capacci. A específica função deles era definir a posição da Colônia do Sacramento em relação ao meridiano de Tordesilhas. Capacci empreendeu viagens a Minas, Curitiba, Goiás e São Paulo, onde faleceu em 1736. O rei Dom João V manda construir em 1741 diversas vilas na Capitania do Mato Grosso, como Casal Vasco, Vila Maria do Paraguai e Vila Bela da Santíssima Trindade, iniciando a política de expansão territorial e militar em direção ocidental.

Nesta época, prevalecem os serviços do explorador, geógrafo, cartógrafo e engenheiro militar genovês Tosi Colombina, que realizou em 1749 o primeiro mapa da Capitania de Goiás e o mapa do Brasil após o Tratado de Madri (1751), indicando as nascentes do Planalto Central como ubiquação para a possível interiorização da Capital Colonial (veja: Riccardo Fontana em *Francesco Tosi Colombina*, Graf. Ed. Charbel, Brasília, 2004).

6

A 1^a COMISSÃO LUSO- ESPANHOLA DE 1753

Depois do Tratado de Madrid, a corte de Lisboa selecionou e convidou matemáticos, astrônomos, cartógrafos, arquitetos e engenheiros militares italianos para integrarem a I Comissão Demarcadora luso-espanhola em 1753. Entre eles, os mais conceituados foram: Brunelli, Ciera, Landi, Galluzzi, Sambuceti e Blasco.

Apesar de Pombal ter introduzido o Iluminismo em Portugal, com efeito, os reinados de Dom João V e de Dom José I eram ainda dominados pelo sedentarismo escolástico e pelo poder eclesiástico. De qualquer forma, a corte resolveu não convidar cientistas oriundos do centro irradiador do Iluminismo, ou seja, da França de René Descartes.

Deu preferência à Itália, centro periférico do Iluminismo, porém de notável importância científica, terra esta que sabia dosar razão e fé, sendo uma península católica e fortemente influenciada pelo Papa, onde a mentalidade conservadora e religiosa prevalecia sobre o despotismo iluminista da época que contrapunha a autoridade do Estado sobre a Igreja.

Além disso, a França representava um perigo como potência rival bem consolidada, enquanto a Itália apresentava-se dividida em diversas repúblicas, reinos e ducados em luta entre si, e cada um aliado a diferentes potências, quais sejam, Espanha, França e Áustria.

A divisão política e militar da península italiana representava, portanto, para Portugal suficiente garantia de tranquilidade junto ao fato de serem os italianos católicos (e não protestantes) e de falarem uma língua latina com capacidade de aprender e falar o português rapidamente.

Escolhiam evidentemente os melhores técnicos e cientistas formados nas academias militares ou nas universidades italianas, dando inclusive

preferência a professores de formação religiosa, em maioria jesuítas, até serem depois perseguidos e expulsos do império, a mando do marquês de Pombal.

No séc. XVIII, após o Tratado de Madri, Pombal ordenou a realização de inúmeras vilas fortificadas na região amazônica, desenvolvendo plenamente os conceitos urbanísticos da época renascentista com planejamento mais moderno, claro e organizado.

Realizava assim um programa de planejamento urbano diversificado em torno de Belém do Pará (secretamente candidata a ser a capital do Império em caso de mudança da corte de Lisboa para o Brasil), com fins de colonização agrícola e de militarização da região amazônica. Podemos afirmar que este planejamento antecede em dois séculos o de Brasília, nova capital do Brasil, implementado em 1960.

AS DUAS MAIORES
FORTALEZAS DO BRASIL.
O PAPEL DE GALLUZZI E
SAMBUCETI

Pombal manda inclusive construir as duas maiores fortalezas do Brasil e da América do Sul:

a de São José de Macapá na foz do Rio Amazonas, obra projetada e iniciada pelo engenheiro militar italiano, ajudante e depois sargento-major de Infantaria Enrico Antonio Galluzzi de Mantova (Lombardia) entre 1763-1769 (quando aí morreu de malária), tendo sido requisitado pela corte portuguesa ao Sereníssimo Duque de Gonzaga, (**Fig. 10**) e a do Real Príncipe da Beira no Rio Guaporé, projetada e iniciada pelo engenheiro militar, também italiano, o ajudante de Infantaria Domenico Sambuceti (provavelmente natural de Davagna, perto de Genova), entre 1776-1780 (quando aí faleceu também de malária) (**Fig. 11 e 12**).

A primeira ocupa uma área de 127 mil m² com 22.574, 15 m² de muralha e 2.210 m² de espaço interno; a segunda apresenta 970 m de perímetro com muralhas de 10 m de altura com 4 baluartes armados com 14 canhoneiras.

Sambuceti teve ampla atuação na Amazônia entre 1756 e 1771, como arquiteto de alguns prédios da nobreza em Alcântara do Maranhão; participou com Galluzzi, Landi, Brunelli e Grönsfeld no projeto para ubiquação da fortaleza de Macapá e nos projetos da Vila de Macapá, das fortalezas de Gurupá, de Villavistosa e Vila de Nova Mazagão.

Atuou no Mato Grosso entre 1772 e 1780, gozando da estima e do apreço do Governador Luis de Albuquerque e Cáceres. Criticou os erros de projeto e construção da fortaleza de Bragança, feita pelo engenheiro português José Mathias de Oliveira Rego, e, durante a construção da fortaleza de Príncipe da Beira, até montou uma “*casa do risco*”, ou seja, um centro didático para a formação de ajudantes na arte do desenho aplicado a arquitetura e engenharia.

No Estado do Grão-Pará, Dom José I manda realizar na região amazônica oriental, com muita determinação e coragem, alguns projetos de vilas fortificadas como Macapá e Mazagão, importando à força (vista a iminente perda da posição a favor dos Mouros) a população da homônima fortaleza de Mazagão em Marrocos, da qual falamos anteriormente. A colonização explodiu entre 1755 e 1759 com a fundação de 60 vilas e povoados no Estado do Grão-Pará e nas Capitâneas do Pará e Rio Negro.



Fig. 10: *Fortaleza de São José de Macapá, Amapá.*



Fig. 11: *Real Forte Príncipe da Beira, em Guajará-Mirim (RO), e detalhe do portal do Forte*



Fig. 11 (cont.): *Real Forte Príncipe da Beira, em Guajará-Mirim (RO), e detalhe do portal do Forte*

A ANTIGA VILA DE NOVA
MAZAGÃO, PERTO DE MACAPÁ,
ESTADO DO AMAPÁ

Esta vila fortificada, denominada no séc. XVIII Nova Mazagão (hoje Mazagão Velho), ganhou de fato o plano de alinhamento do terreno e o projeto de urbanização do engenheiro militar Domenico Sambuceti, que tinha participado também do projeto básico da Fortaleza de Macapá, sendo integrante da Comissão de Demarcação de 1753 (**Fig. 13 e 14**).

A referida antiga vila de Mazagão, concebida como fonte de abastecimento e de apoio logístico para a mesma fortaleza de Macapá, foi recentemente descoberta durante as escavações arqueológicas conduzidas, nos primeiros meses de 2004, pelo prof. Marcos Albuquerque da UFPE, a pedido do IPHAN e do Governo do Amapá (**Fig. 15, 16, 17, 18 e 19**).

Seguindo as recomendações do Governador Mendonça Furtado, Sambuceti chegou a Macapá em 11 de março de 1770 para identificar, no lugar místico de Santa Ana do Rio Mutuacá, o terreno quadrangular sobre o qual projetou a planta da nova vila, com numerosas quadras, prevendo a construção de 522 casas e a igreja de N. S. da Assunção, com 40 m de comprimento, cujas ruínas foram recentemente identificadas. Ele modificou e aprimorou o antecedente projeto do capitão Inácio da Costa Moraes Sarmiento. Foram, portanto, de sua responsabilidade os trabalhos de reconhecimento do terreno, relevo cartográfico, escolha e preparo do terreno e elaboração da nova planta urbanística da vila.

Em 1770 chegaram a Belém 340 famílias de imigrantes africanos enquanto as casas estavam sendo construídas; em 1773, somente 56 moradias estavam prontas com 176 famílias transferidas na nova vila, que se transformaria depois num bom centro de produção e comércio

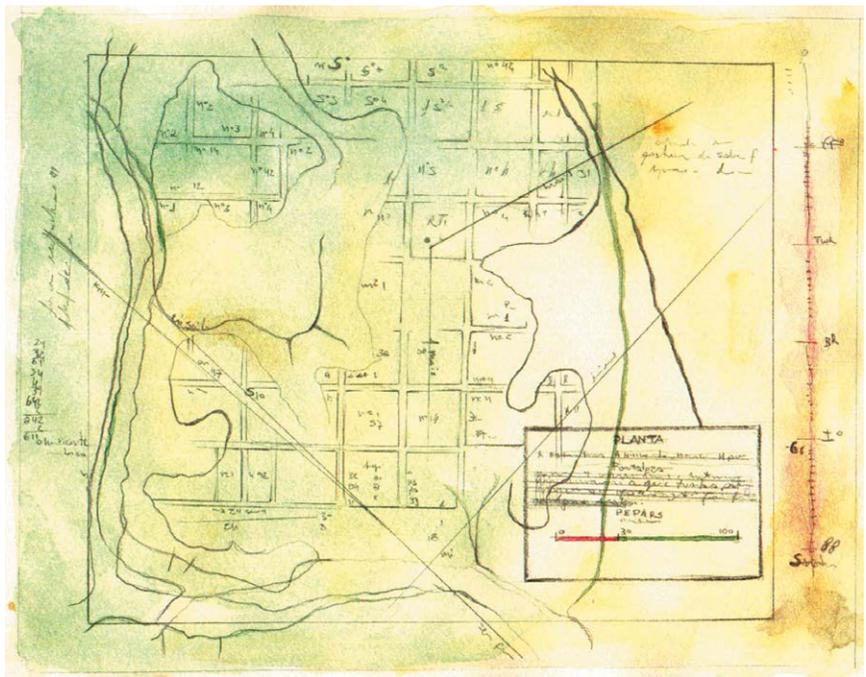


Fig. 13: Planta do terreno místico à beira do Rio Mutuacá
Projeto de Sambuceti (1770)
Arquivo Histórico Ultramarino-Lisboa

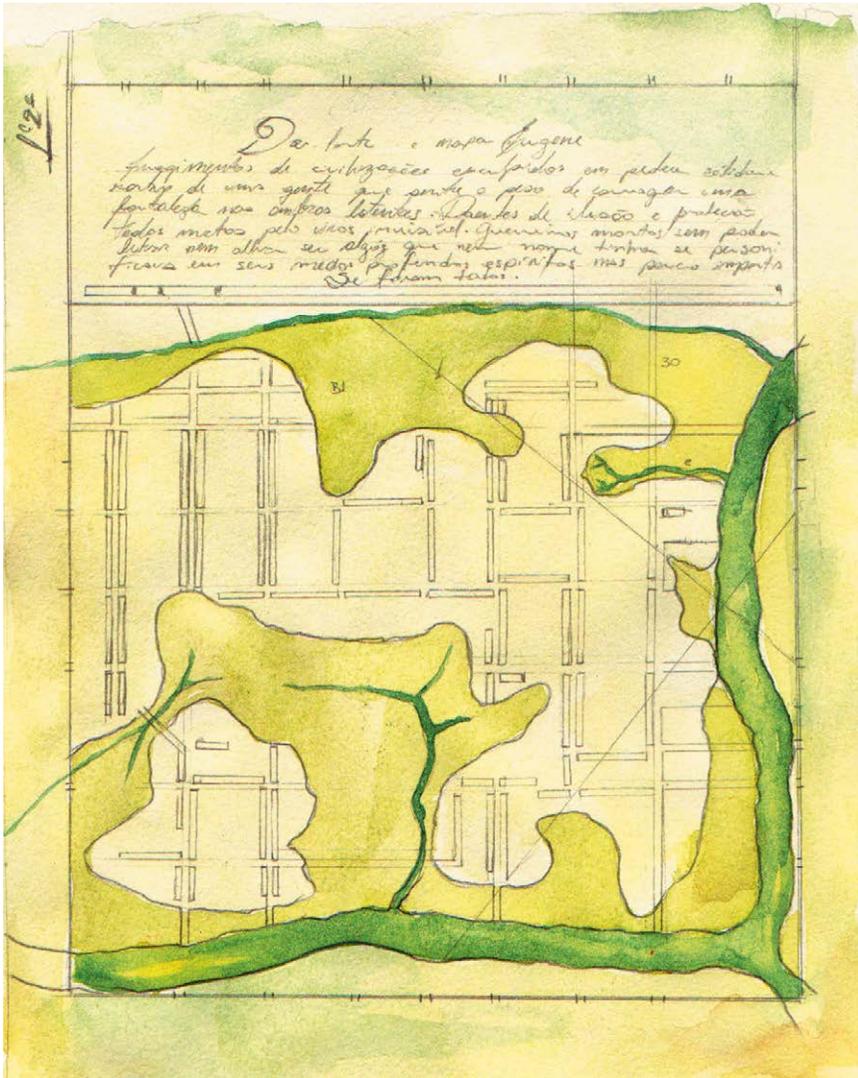


Fig. 14: Planta da Nova Vila de Mazagão. Projeto de Sambuceti (1770)
Arquivo Histórico Ultramarino-Lisboa



Fig. 15 e 16: Nova Mazagão, Amapá (escavações arqueológicas)



Fig. 17 e 18: Nova Mazagão, Amapá (escavações arqueológicas)



Fig. 19: Nova Mazagão, Amapá (escavações arqueológicas)

de produtos agrícolas; em 1781, infelizmente, uma epidemia de cólera dizimava a população, e os que escaparam queimaram as casas e abandonaram a vila.

Após ter servido até 1771 no Grão-Pará, Sambuceti ganha a admiração do novo Governador do Mato Grosso, Luis de Albuquerque e Cáceres, que o convida a trabalhar naquela região, aonde chega em 6 de janeiro de 1772, cumprindo seis meses de viagem, da foz do Rio Amazonas ao Rio Guaporé. Será aí responsável por diversos projetos de avaliação do terreno e de estudos de fortificações e, finalmente, diretor do projeto e da construção da Fortaleza do Príncipe da Beira (1776-1780).

A IMPORTÂNCIA DA FORTALEZA DE SÃO JOSÉ DE MACAPÁ

O projeto inicial desta fortaleza foi realizado pelo engenheiro português Manuel Luiz Alves e remonta a 1740; fazia parte de um complexo de 12 fortificações naquela região. Em 1764, tendo Macapá passado de *povoado* a *vila*, precisava de reestruturação da guarnição militar. O novo projeto de restauração e ampliação foi então confiado a Galluzzi após estudos preliminares realizados com os colegas italianos e alemães (**Fig. 20**).

O referido prof. Marcos Albuquerque acaba de descobrir (outubro de 2004) algumas muralhas fechadas externas e estruturas em madeira para defesas laterais daquela construção militar. Aparecem assim crescentes motivações de interesse arqueológico e histórico-cultural que poderão ser bem valorizadas para uma nova concepção urbanística e da paisagem de Macapá. Este de fato é o objetivo do Governo do Estado do Amapá, que busca atrair o turismo oferecendo o resgate da história, a beleza do Rio Amazonas e o fascínio da floresta equatorial.

Sobre o projeto da Fortaleza de São José de Macapá, Adler Homero Fonseca de Castro, no capítulo “O fecho do império” (pág. 176-177-180 na obra *As terras do Cabo Norte: fronteiras, colonização e escravidão da Guiana Brasileira dos séculos XVIII-XIX*, sendo organizador Flávio dos Santos Gomes, Editora Universitária UFPA, Belém, 1999), diz:

O projeto que realmente levaria à construção que hoje existe foi traçado pelo capitão de Engenheiros Henrique Antônio Galluccio, que tinha vindo para o País com a comissão demarcadora de limites [1753], enviada para cá em função do Tratado de Madri de 1750. Este engenheiro italiano pro-

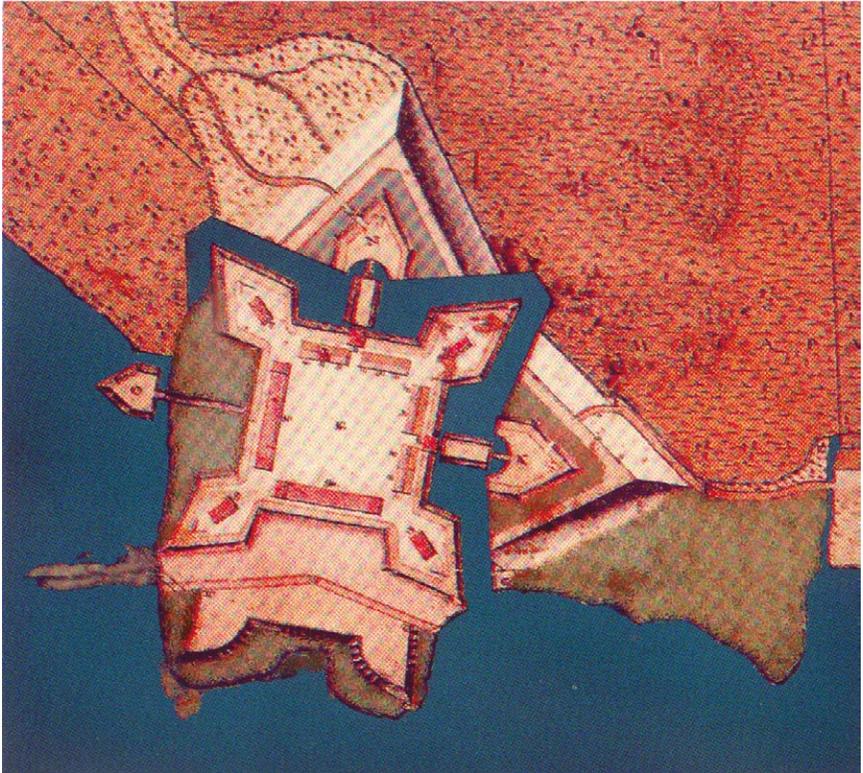


Fig. 20: Galluzzi. *Planta da Fortaleza de São José de Macapá*

pôs uma fortificação que já teria as características básicas do que seria a fortaleza: uma posição abaluartada de quatro faces. Mas este desenho ainda não seria o final...

Na nota ao pé da página, o autor explica:

Novamente faremos uma ressalva: a documentação histórica aponta que o forte de Macapá seguiria os preceitos de Vauban, o que se verifica apenas até certo ponto. Na verdade, ela é uma fortificação do que é conhecido como **traçado italiano**, introduzido no século XVI, o qual se caracteriza pelo uso de baluartes pentagonais nos cantos das cortinas (murallas), para garantir o fogo de flaqueamento às mesmas. Vauban, engenheiro francês do século XVII, introduziu algumas modificações ao sistema, no que tange a proporções e complementos, como o paiol de pólvora anteriormente citado, mas cremos ser mais correto dizer que a fortificação de Macapá é “abaluartada” e não do sistema do engenheiro francês.

Ou seja, Galluzzi respeitou o sistema básico da engenharia militar italiana do séc. XVI, mesmo trabalhando no séc. XVIII e apesar de estar influenciado pelo modelo francês de Sébastien Le Preste, marquês de Vauban, e do português Manoel de Azevedo Fortes. O projeto dele não é datado; porém, considerando que foi feito por ordem recebida de Fernando da Costa Ataíde Teíve, que assumiu o cargo de Governador do Pará e Maranhão em setembro de 1763, que a obra foi delineada no terreno em 2 de janeiro de 1764 e que, em 29 de junho, foi posta a pedra fundamental, deduz-se que o projeto já se encontrava pronto no final de 1763 (**Fig. 21 e 22**).

A obra foi inaugurada somente em 19 de março (dia de São José, homenagem ao Rei Dom José I) de 1782, após inúmeras dificuldades financeiras e o interposto desinteresse da coroa (**Fig. 23**).

Vale considerar que dos seus 107 canhões nenhum era de produção portuguesa, sendo as peças de artilharia todas de médio e grosso calibre, de origem inglesa, francesa e holandesa, demonstrando que a Grã-Bretanha dominava o mercado bélico da época e aumentava a sua



Fig. 21: *Portão de entrada da Fortaleza de São José de Macapá, Amapá*



Fig. 22: *Entrada da Fortaleza de São José de Macapá, Amapá*



Fig. 23: *Interior da Fortaleza de São José de Macapá, Amapá*



Fig. 24: *Canhões dentro da Fortaleza: peças inglesa, francesa e holandesa*

ingerência no Brasil colonial, prevalecendo paulatinamente sobre a soberania portuguesa (Fig. 24).

A fortaleza nunca entrou em ação contra prováveis inimigos espanhóis ou franceses, ficando como exemplo de exigência de ocupação militar do território para marcar presença e para assegurar a defesa preventiva de posições estratégicas (Fig. 25, 26, 27 e 28).

Antes de trabalhar neste grande projeto, Galluzzi participou, entre 1753 e 1763, dos estudos para a identificação do local da futura fortaleza junto com Sambuceti, Landi e Brunelli. Executou cálculos astronômicos inclusive dos eclipses solares e lunares, considerando a proximidade da linha equatorial. Realizou também alguns serviços cartográficos, desenhando os mapas do Bispado do Pará e das Capitânicas do Pará e do Piauí, segundo consta no livro *História da engenharia no Brasil*, de Silva Telles. Em 1754, elaborou o mapa paraense dos Rios Guamá, Guajará e Cayté, reproduzido por Renata de Araújo.

Infelizmente, o charco pantanoso que cercava a fortaleza abalou a saúde do seu projetista e principal construtor, como nos conta o historiador Artur Vianna (1868):

Em 27 de outubro de 1769, sucumbiu ele, o engenheiro encarregado da obra, Antônio Gallucio, vítima, ao que se depreende da informação do cirurgião-mor Julião Alves da Costa, de uma cachexia palustre [malária]. Sua morte trazia à obra da fortaleza um sério transtorno, tanto mais quanto ele, cioso do seu plano, jamais o mostrava aos oficiais engenheiros que com ele trabalhavam; mas o comandante da praça, mestre de campo [coronel] do 1º terço de infantaria auxiliar [milícias] de Belém do Pará, Marcos José Monteiro de Carvalho, conhecendo de perto o fato, sabendo que Gallucio morreria às cinco e meia da manhã, apresentou-se às seis horas em sua casa e fez a apreensão de todos os desenhos, plantas e estudos da fortaleza. Assumiu a direção dos trabalhos, provisoriamente, o capitão Henrique João Wilkens, que ali se achava desde o início da obra, e que serviu até chegar o sargento-mor de engenheiros Gaspar João Geraldo de Gronfeld, a quem o Governador escolheu para sucessor de Gallucio.



Fig. 25 e26: *Detalhe externo e guarita da Fortaleza*



Fig. 27: Detalhe externo da Fortaleza de São José de Macapá



Fig. 28: Visão panorâmica da Fortaleza de São José de Macapá

PORTUGAL CONFIAVA
SIGILOSAMENTE A TÉCNICOS
MILITARES ESTRANGEIROS OS
MAIORES PROJETOS NO BRASIL
EM MEADOS DO SÉC. XVIII

Da análise político-estratégica de Portugal em 1750, em relação ao controle do Brasil colonial, emerge que os portugueses se limitavam a ocupar, no plano militar, posições de chefia e de coadjuvação e, nos cargos civis, funções burocráticas e financeiras. Os cargos de especialização científica eram entregues a oficiais italianos e alemães. Já no final de 1770, os portugueses preenchiam cargos de comando mais altos, no temor que os estrangeiros, com maiores conhecimentos técnicos, pudessem dominar informações estratégicas importantes para o controle das riquezas do Brasil.

Dominava, portanto, o absoluto sigilo sobre a contratação dos técnicos estrangeiros e era rígido o controle sobre as atividades deles para evitar eventuais fugas de notícias.

Os ministros de Lisboa tinham medo, assim, que pudessem vir a perder o controle sobre a colônia. Daí a carta secretíssima de Pombal ao Governador Gomes Freire de Andrada, no Rio de Janeiro, recomendando fiscalizar os estrangeiros a serviço da coroa para evitar que, voltando à Europa, pudessem acender a cobiça das potências inimigas. Pretendia-se assim evitar que alguns deles “viesses a vender manuscritos ou publicar cartas impressas e relações do Sertão do Brasil”, região esta que ficara há mais de dois séculos impenetrável para os estrangeiros. O interior

do Brasil ficava assim uma incógnita, tanto para Portugal quanto para os outros países.

Pombal recomendava, ainda, fazer distinção entre oficiais portugueses e estrangeiros, de modo que o governo dos vários destacamentos ficasse nas mãos dos primeiros, sendo confiadas aos segundos somente tarefas de curiosidade e erudição, como pesquisas de ciência natural, observações físicas e astronômicas, evitando que elaborassem cartas ou relatórios para os países com os quais se correspondiam.

Apesar do compreensível temor de quebra de sigilo político e militar, precisamos concluir que o Governador Mendonça Furtado mostrou ser responsável e objetivo quando, superadas as dúvidas, a desconfiança e certa xenofobia, resolveu se render à competência e alto profissionalismo de pelo menos dois militares entre os excelentes técnicos estrangeiros italianos e alemães que Lisboa chamou para lhe servir no Brasil: Enrico Antonio Galluzzi e Domenico Sambuceti, aos quais de fato foram confiadas as duas maiores fortalezas do Brasil, além de outras obras de planejamento e fortificação urbana.

A morte deles por malária na Amazônia e no Mato Grosso, em pleno serviço à corte e ao Brasil, tirou do embarço as autoridades da época. Portugal recebeu o máximo deles sem precisar eventualmente expulsá-los ou eliminá-los por motivos de defesa de sigilo. Sorte de todo mundo: no celeste império chinês, os engenheiros militares, uma vez terminada a obra, recebiam por prêmio o corte da cabeça.

O RESGATE DA MEMÓRIA DOS PROTAGONISTAS DAS GRANDES OBRAS

Estes homens não devem ser esquecidos nem ser citados como meros instrumentos da política colonial e imperial. De resto, o colonialismo moderno, instalado no novo mundo desde o séc. XVI, consistia substancialmente na exploração sistemática dos recursos materiais e humanos, seja dos povos indígenas, seja dos oriundos de outros continentes, principalmente da África.

Os técnicos e cientistas europeus eram sim atraídos pelo bom “soldo”, pela ambição de uma carreira e pelo fascínio de experiências num mundo imenso e ainda misterioso.

Mesmo assim, nos parece infamante o epíteto de “mercenários” que alguns críticos usaram para etiquetar esses personagens, que deram, de fato, o próprio talento e a própria vida para realizar grandes projetos longe da terra natal, enfrentando um clima hostil, alimentação diferente e costumes tão contrastantes com os deles.

Ao contrário, eles merecem justo reconhecimento técnico e moral, inclusive o resgate da sua origem, formação e nomes, sendo as obras por eles realizadas seguro testemunho de uma cooperação entre profissionais de culturas diferentes.

Nada mais óbvio seria pelo menos citar, na placa aos visitantes exposta na entrada das fortalezas de São José de Macapá e do Real Forte do Príncipe da Beira, o nome de nascimento exato e a naturalidade dos seus projetistas e principais executores.

O intercâmbio permitiu e permite o desenvolvimento econômico e social e constitui a força motriz da história antiga e moderna. Por

antítese, o nacionalismo radical exclui ou desconhece a cooperação entre homens e povos e leva ao retrocesso mental e cultural, limitando os avanços internos e internacionais.

Lembramos, enfim, que, entre os técnicos estrangeiros que trabalharam junto aos colegas italianos e portugueses, distinguiu-se o alemão Felipe Stürm, que projetou as vilas de Serpa e Silviz, participando inclusive das expedições de reconhecimento comandadas pelo Governador Mendonça Furtado. Na região do Grão-Pará, destacaram-se também os alemães Breunning, Schwebel, Braun e Grönsfeld, seja como engenheiros projetistas, seja como cartógrafos.

Uma interessante síntese, em alguns casos imprecisa, de 238 engenheiros (sendo cerca de 20 italianos) que Portugal destacou para o Brasil no período colonial consta na obra de Aurélio de Lyra Tavares (1905-1998) *A engenharia militar portuguesa na construção do Brasil*, reeditada em 2000 pela Biblioteca do Exército Editora, no Rio de Janeiro.

Outro grande personagem que não pode tampouco ser esquecido é o arquiteto italiano Giuseppe Antonio Landi (conhecido por José Antônio Landi), sobre o qual passamos agora a discorrer.

LANDI: “O BIBIENA DOS
TRÓPICOS”
(BOLONHA 1713 - BELÉM 1791)

“Antônio Landi foi o principal protagonista em terra brasileira do encontro entre duas tradições culturais, a do setecentos bolonhês e a da Amazônia lusitana. Praticamente desconhecido na Itália, ele foi a glória da cidade de Belém.”

Assim, a “Associação dos Emilianos no Exterior” e a sua cidade natal, Bolonha, finalmente se lembraram dele após 250 anos da sua partida para Belém nesta nota que aqui segue, publicada na Itália em 2003 e por nós traduzida e revista.

Entre muitos e ilustres Emilianos que escolheram um país estrangeiro como segunda pátria, existe um bem conhecido em outras partes, porém pouco ou nada se sabe dele na própria Itália e na cidade de origem dele: Bolonha.

Estamos falando de Giuseppe Antonio Landi. Nasceu na capital emiliana em 30 de outubro de 1713, filho de Carlo Antonio Landi, doutor em Filosofia e Medicina e professor de Lógica e Filosofia naquela Universidade (fundada em 1191), e de Antonia Maria Teresa Guglielmini.

Aluno preferido de Fernando Galli Bibiena na Academia Clementina, o encontramos, em 1745, como diretor do Departamento de Arquitetura, sem saber aquilo que lhe aconteceria em alguns anos. Entrelaçam-se com a história da vida dele os eventos das colônias hispano-portuguesas de Ultramar, quando em 1750 o Tratado de Madri, para fazer ordem na disputa entre os dois países, determina a criação de comissões bilaterais para demarcar as fronteiras daquilo em que seria transformado o território português no Novo Mundo.

Portugal, todavia, encontra dificuldades em achar os técnicos necessários para essa tarefa: a Inquisição tinha desmantelado as melhores escolas, como aquela de Sagres, deixando um vazio técnico e científico até meados do séc. XVIII.

O frei carmelita descalço João Álvares Gusmão recebe a incumbência da coroa para recrutamento de “católicos” destinados à Comissão portuguesa.

De forma clara, vem-lhe ordenado excluir “espanhóis, franceses e holandeses como também ingleses, a menos que fossem católicos”, como também “napolitanos, sicilianos e parmenses”, pois eram dependentes da Espanha.

Para Gusmão, sobrara a Itália centro-setentrional, onde lhe foram sugeridas cidades que não eram contrárias aos interesses portugueses, ou seja: Roma, Milão, Veneza, Florença, Bolonha e Pádua. É com estas indicações que frei Gusmão chega a Bolonha para recrutar Giuseppe Antonio Landi, já conhecido como gravador artístico, na veste de “desenhista de mapas” da Comissão de Demarcação das Fronteiras entre as terras descobertas por Portugal e Espanha nas Índias Ocidentais.

Os outros componentes são procurados em Mântua (Enrico Antonio Galluzzi), Gênova (Domenico Sambuceti), Milão e Basileia (Suíça).

São eles matemáticos, astrônomos, engenheiros e médicos. Esta mistura de competências técnicas levanta dúvidas sobre as verdadeiras intenções do governo do Marquês de Pombal, que mantém secretíssima qualquer informação sobre a Comissão.

Correm vozes de que a verdadeira finalidade da operação seria a mudança da corte para a Colônia americana, em Belém. A situação política da Europa da época era tal que o pequeno Portugal se sentia ameaçado pela vizinha e demais poderosa Espanha.

A morte do rei de Portugal adia a partida para o Brasil dos membros da Comissão, que chegarão a Belém, na Amazônia oriental, somente em 19 de julho de 1753. Ali, novas dificuldades impõem adiar a viagem deles a Mariuá, o lugar escolhido para o encontro das duas comissões.

Landi, porém, não consegue ficar inativo e ajuda Brunelli, astrônomo e concidadão bolonhês, nas medições derivantes das observações

da Lua, dos eclipses solares e lunares e dos fenômenos dos equinócios, considerando a proximidade da linha equatorial.

Para evitar a “ociosidade” dos “engenheiros”, como eram chamados os técnicos e cientistas estrangeiros da Comissão contratados e enviados ao Brasil, o Governador do Norte do Brasil, Mendonça Furtado, os empenhava em diversas tarefas. Alguns foram incumbidos de reproduzir a planta da cidade de Belém.

Landi, ao contrário, colabora na decoração da capela-mor da Igreja de Santo Alexandre, igreja à qual dedica o seu talento arquitetônico. Inicia assim a obra dele na Amazônia, manifestando toda a sua genialidade eclética (Fig. 29 e 30).

Nos dois anos que transcorre em Maruá, no aguardo da chegada da Comissão espanhola, empenha-se na reprodução com desenhos e na catalogação da flora e da fauna amazônica, cujo habitat descreve. Projeta o sepulcro da capela da Igreja de Sant’Ana em Barcelos, realizando até a pintura dela. Projeta o pelourinho, a igreja e o município de Borba a Nova.

A permanência em Maruá permite ao Governador aprofundar o conhecimento sobre os membros da Comissão, pelos quais tinha manifestado bem pouca estima, tanto que, após algumas reclamações de Brunelli e Landi sobre o isolamento e a comida, o próprio Mendonça Furtado os definiu “velhacos e canalhas”. Também Pombal referia-se aos estrangeiros com desprezo, chamando-os “estes sujeitos”.

Superadas aparentemente as divergências, principalmente em relação aos italianos, enquanto os alemães eram considerados mais obedientes, Landi consegue conquistar a consideração e a confiança do Governador.

O bolonhês de fato não recusa trabalhos naquelas zonas quentes, úmidas e insalubres que acabavam com a saúde dos europeus. Prevalece o espírito empresarial de Landi, que acaba por conquistar o Governador, o qual o escolhe como “primeiro habitante branco da vila de Borba a Nova”.

Aqui, Landi recebe do Governador, como presente, uma casa “para viver com a futura mulher”. E o próprio Governador sai a procura dessa mulher, achando-a, enfim, numa das filhas do comandante da praça



Fig. 29: Landi (Igreja de Santo Alexandre), Belém do Pará



Fig. 30: Landi (Igreja de Santo Alexandre, detalhe), Belém do Pará

militar, o Capitão-Mor João Baptista de Oliveira. Landi, porém, continua “solteirão”.

A Comissão portuguesa retorna finalmente a Belém sem ter encontrado aquela espanhola. O aluno de Bibiena retoma o seu trabalho. Desenha mapas e estuda a natureza e, sobretudo, começa seriamente a desenvolver o ofício de arquiteto, de que mais gostava, porém sem se descuidar dos seus negócios.

Em 1757 realiza o primeiro reconhecimento na Igreja da Sé, em construção, que será por ele concluída seguindo o projeto preliminar de outro arquiteto (**Fig. 31 e 32**).

Em 1759 administra um forno que produz telhas, tijolos, vasos e taças em “*terracotta*”, todos produtos indisponíveis no mercado devido à expulsão dos jesuítas pelo regime pombalino. No mesmo ano, na ocasião do envio à corte portuguesa do primeiro projeto do Palácio dos Governadores de Belém, Landi é reconhecido como projetista de valor e é proposto como arquiteto da mesma obra.

Em 1760 é chamado para organizar os aparelhos cênicos, ou seja, a cenografia para os festejos do casamento da princesa Dona Maria com o infante Dom Pedro. Traz assim as tradições bolonhesas aos trópicos. A cultura felsínea entra contemporaneamente nas formas e nos materiais da Igreja de Sant’Ana (1761-1782), quando Landi, devoto da santa, põe a primeira pedra.

Porém, as controvérsias entre Portugal e Espanha não acabaram. Em 1761, o Tratado do Prado prevê a desmobilização das Comissões, e Landi é chamado a Lisboa.

O governador não concorda com esse pedido e solicita a permanência dele no Brasil, justificando o envolvimento de Landi numa série de obras em curso, além do casamento que, desta vez, de fato é celebrado com a filha de João de Souza Azevedo.

Enquanto espera a resposta, Landi consegue realizar, em 1761, o projeto da Igreja de São José na Vila de Macapá (**Fig. 33**), projeta o Armazém das Armas em Belém, trabalha para a futura catedral desenhando o altar do Santíssimo e inicia a reconstrução da Igreja de Sant’Ana (**Fig. 34, 35, 36 e 37**). Contrata índios para a colheita de frutas e especiarias a serem transportadas para Lisboa.



Fig. 31: Landi (*Catedral da Sé*), Belém do Pará



Fig. 32: Landi (*Igreja de Santo Alexandre*), Belém do Pará



Fig. 33: Landi (Igreja de São José na Vila de Macapá), Amapá



Fig. 34: Landi (Igreja de Sant'Ana), Belém do Pará



Fig. 35 e 36: *Detalhes da Igreja de Sant'Ana*



Fig. 37: *Detalhes da Igreja de Sant'Ana*

Em 1762 comanda a reconstrução da Igreja do Carmo e inicia a construção da capela de Santa Rita e do oratório do Cárcere de Belém. Pede permissão para construir um forno na fazenda em Murutucu, que compra depois em 1766. Recebe o título honorário de “Capitão de Infantaria”, patente que teria deixado em segundo plano, preferindo de fato o título de “Arquiteto Régio”. Somente em 1763 chega a autorização da corte para a permanência de Landi na Amazônia.

É graças a este genial bolonhês que Belém pôde se transformar na capital tropical do neoclássico de estilo europeu, com toque humanístico, num harmonioso convívio entre cidade e natureza.

Do ponto de vista estilístico, de fato, as obras projetadas por Landi trazem, com marcante antecedência sobre os tempos, os sinais do neoclássico, quando em outras cidades brasileiras predominava ainda o obsoleto e pesado estilo barroco.

No Rio de Janeiro, por exemplo, o estilo arquitetônico neoclássico será introduzido somente 50 anos depois das realizações de Landi, ou seja, em 1816, pelo arquiteto francês Auguste Grandjean de Montigny.

Eis que o destino de Landi se mistura com a evolução da terra que ele adotou como sua pátria. Falar daquele período histórico de Belém significa falar do “seu” Bibiena, daquele extrovertido e curioso italiano que nunca para.

Em 1763 Landi conclui os trabalhos da Igreja das Mercês (**Fig. 38**).

Inicia, em 1768, a construção de uma caserna ao lado do Palácio dos Governadores e do Hospital Real na Praça da Catedral (**Fig. 39 e 40**).

Em 1769 inicia aquela que virá a ser a sua obra-prima: a Capela de São João Baptista, e de outra capela destinada a sepulcro no claustro do convento de Santo Antônio.

Atua, em 1780, como fazendeiro, plantando cacau e produzindo cachaça com a ajuda de escravos, porém acaba se endividando com a Companhia Geral do Grão-Pará.

Mas, ainda uma vez, os mal-entendidos políticos e diplomáticos entre Portugal e Espanha atravessam a sua estrada. Com a entrada em vigor do Tratado de Santo Ildefonso (1777), uma segunda Comissão de Demarcação de Fronteiras deve ser formada.



Fig. 38: Landi (Igreja das Mercês), Belém do Pará



Fig. 39: Landi (Palácio dos Governadores), Belém do Pará



Fig. 40: *Landi (Hospital Militar), Belém do Pará*

Landi, já velho, é obrigado a partir de novo como desenhista de mapas em direção ao Rio Negro, onde, em 1787, adoece gravemente. Um ano depois está de volta a Belém. Morre na sua fazenda em Murutucu em 22 de junho de 1791.

Salvas de artilharia acompanham seu funeral. É sepultado em Belém na Igreja de Sant’Ana, a preferida dele. Nunca mais voltou a Bolonha e talvez por isso tivesse sido esquecido. Toda a sua arte está em Belém do Pará, no Brasil.

Finalmente, Bolonha redescobre Landi depois de 250 anos exatos da sua partida para os trópicos. Na casa onde ele nasceu, na “Via Broccaindosso”, a Prefeitura Municipal colocou uma placa de lembrança. Uma exposição fotográfica o celebrou durante o Festival Brasileiro de Bolonha.

CRÉDITOS

Sobre Landi e os engenheiros estrangeiros que atuaram na época acima citada, assinalamos a obra do jornalista e historiador brasileiro Oswaldo Coimbra: *Engenharia militar européia na Amazônia do século XVIII: as três décadas de Landi no Gram-Pará*, Prefeitura Municipal de Belém, Pará, 2003.

Trata-se de uma rica pesquisa histórica com ampla documentação literária e iconográfica que ilustra a atividade dos italianos e dos alemães a serviço da coroa portuguesa na segunda metade de 1700, na difícil região amazônica, com primorosa investigação sobre a vida deles, especialmente sobre a personalidade e o drama humano do arquiteto Landi.

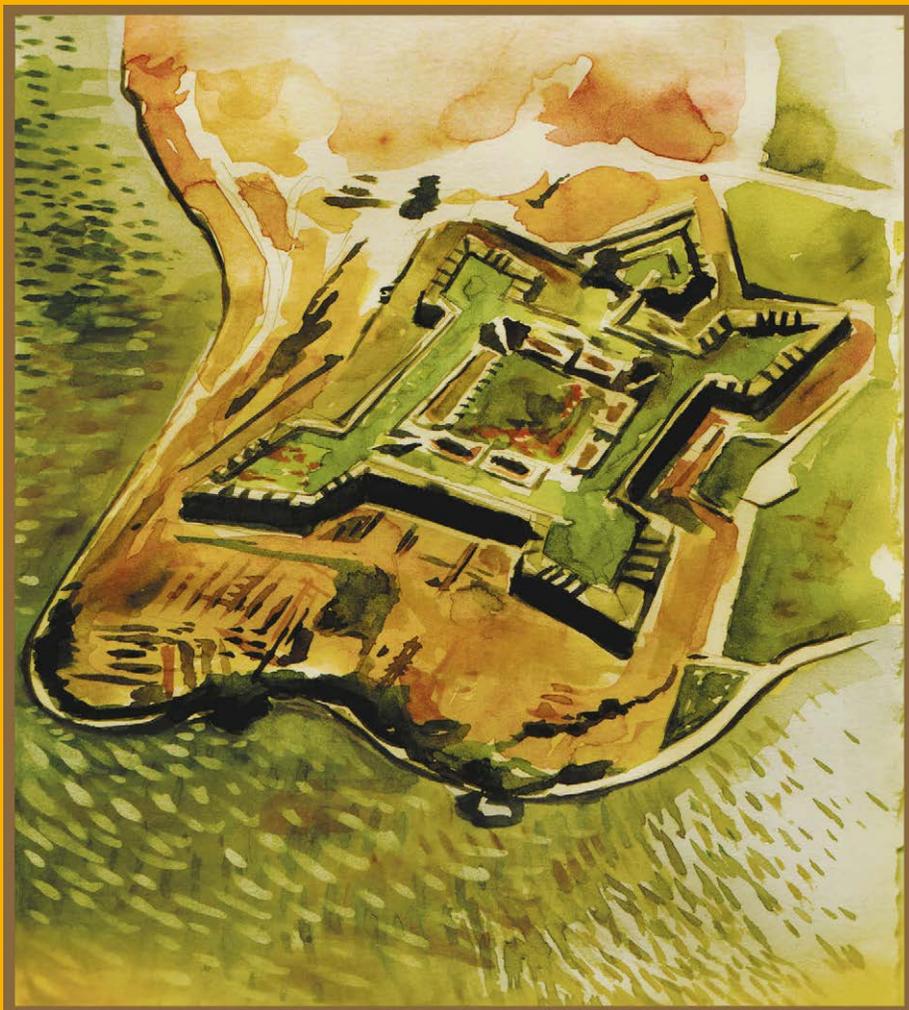
Sobre Galluzzi e Sambuceti, assinalamos também a obra técnico-histórica de Renata Araújo Archer: *Cidades da Amazônia no século XVIII* (Editora da Faculdade de Arquitectura do Porto, 2003), que reconstrói os projetos e as plantas das vilas pombalinas na época em apreço, dando especial relevo ao arquiteto Landi.

Muito válida e extensa é a pesquisa de Miguel Figueira de Faria: *Engenharia militar no Brasil de 700: cartografia, urbanismo e fortificações*, publicada na obra *La costruzione di un nuovo mondo*, volume editado em 1993 por Giovanna Rosso Del Brenna, docente de história da arte da Universidade de Gênova, que centra o tema da colonização militar portuguesa no Brasil e ilustra a rica documentação existente no Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa sobre Galluzzi e Sambuceti.

Assinalamos, enfim, que o maior acervo de informações sobre as atividades, obras e personalidades de Galluzzi, Sambuceti e Landi encontra-se no Arquivo Histórico Ultramarino em Lisboa, onde há ampla correspondência e documentação deles com os Governadores no Brasil e com a corte.

Na Itália, apesar das nossas buscas nos arquivos históricos das prefeituras municipais das cidades onde eles nasceram e nas maiores bibliotecas nacionais, nada praticamente consta sobre os referidos personagens, a demonstrar que estes três ilustres italianos pertencem mais à história de Portugal e, sobretudo, do Brasil.

As Obras dos Engenheiros Militares Galluzzi e Sambuceti e do Arquiteto Landi no Brasil Colonial do Séc. XVIII, de Riccardo Fontana, foi projetado e composto pelo Serviço de Formatação e Programação Visual do Senado Federal. A fonte é a Spectral, corpo 10,5, desenhada em 2017 pela Production Type, de Paris, inspirada no tipo Elzévir Nº 9, cunhado em 1882 pela Warnery Frères. O livro foi impresso em papel couchê fosco 90 gr/m² nas oficinas da Secretaria de Editoração e Publicações do Senado Federal, em Brasília. Acabou-se de imprimir em setembro de 2024 de acordo com o programa editorial do Conselho Editorial do Senado Federal.



■ Italianos no Brasil ■
Riccardo Fontana

Este logotipo identifica uma série de ensaios do autor sobre o resgate de eminentes italianos que contribuíram ao desenvolvimento técnico, artístico e cultural do Brasil.



BAIXE GRATUITAMENTE
ESTE LIVRO EM SEU CELULAR

Encontre este livro gratuitamente em formato digital acessando: livraria.senado.leg.br

SENADO FEDERAL

